

PEC Kamikaze: irresponsabilidade fiscal prejudica os mais pobres e atropela democracia

Nota Técnica 03/2022

O avanço no Congresso Nacional da PEC Kamikaze (01/2022)¹ é uma péssima notícia para os brasileiros. A proposta eleva o valor do Auxílio Brasil, dobra o vale-gás e dá vale-combustível para caminhoneiros e taxistas, mas cria um novo furo no teto de gastos.

A aparente boa notícia esconde um desrespeito à estabilidade democrática das regras eleitorais e o alto custo da irresponsabilidade fiscal, que será pago pelo conjunto da sociedade, não apenas no longo prazo, mas já neste e nos próximos anos.

Sobre isso, o Livres:

1. Reafirma a defesa da Responsabilidade Fiscal e Social, com a necessidade de aumento da eficiência e equidade dos gastos públicos;
2. Repudia a quebra de regras fiscais devido a falta de planejamento e desorganização governamental diante dos desafios conjunturais;
3. Defende o respeito à estabilidade das regras fiscais e eleitorais vigentes como escudo contra medidas populistas que prejudicam a população e a democracia.

1. Fundamento da PEC não é tecnicamente consistente

Argumentando situação emergencial, a PEC

01/2022 institui diversos auxílios que estarão fora do Teto de Gastos. Assim, texto da PEC Kamikaze pretende:

- Elevar o valor do Auxílio Brasil, de R\$ 400,00 para R\$ 600,00;
- Zerar a fila de espera das famílias pelo Auxílio Brasil;
- Aumentar o valor do vale-gás;
- Criar um vale-combustível de R\$ 1.000 para caminhoneiros;
- Restituir custos dos estados pela gratuidade dos idosos no transporte público;
- Criar um auxílio para taxistas até dezembro;
- Ampliar os recursos para o programa Alimenta Brasil, que visa combater a insegurança alimentar;
- Reembolsar os estados das reduções de impostos sobre o etanol, visando aumentar a competitividade do uso deste combustível.

Embora todos nós reconheçamos que a situação econômica atual não esteja fácil para os brasileiros, não é tecnicamente correto classificá-la como emergencial.

A Guerra da Ucrânia, que tem pressionado o preço dos combustíveis, se iniciou há vários meses e o desarranjo nas cadeias globais que influencia o aumento de preços de diversos produtos também não vem de agora.

Além disso, o agravamento da questão social é resultado, em boa medida, de ações e escolhas domésticas, como a perpetuação de políticas ineficientes e a instabilidade institucional, que afasta investidores e paralisa o crescimento econômico.

Para amparar quem mais precisa, o Governo deveria ter pautado a discussão de políticas públicas focalizadas em quem mais precisa. Ao invés disso, passou os últimos meses dobrando a aposta no populismo, culpando a Petrobras pelo preço dos combustíveis e demitindo presidentes da estatal. Agora, propõe benefícios com base na ocupação profissional das pessoas, não em critérios objetivos de renda, o que fere o princípio da equidade e configura privilégio indevido.

Reforçar diagnósticos equivocados não ajuda a resolver as causas do problema social.

2. Ciclo do Populismo produz inflação e estagnação econômica

O texto já aprovado pelo Senado prevê R\$ 41,2 bilhões¹ em aumento de despesas fora da regra fiscal, conhecida como Teto de Gastos. A falta de estabilidade quanto à tendência das despesas degrada a credibilidade do Estado brasileiro, favorecendo a inflação.

Esta proposta não é o primeiro furo no Teto. A [PEC dos Precatórios](#) já tinha aberto espaço para 65 bilhões de reais para o Governo gastar em 2021². Além disso, em 2021, foram reservados R\$16,5 bilhões em emendas do orçamento secreto na LDO referente a 2022³ - isto é, bilhões em emendas de relator com pouca transparência de destinação e sem vinculação a políticas específicas.

Na prática, a PEC Kamikaze é mais um caso do ciclo de propostas populistas do qual a sociedade tem sido vítima. Desde a formulação da Constituição de 1988, a partir da forte pressão de grupos de interesse concentrado dos setores público e privado, houve uma lenta captura de parcelas expressivas do orçamento.

Assim, foram criados diversos benefícios legais que, somados, são incompatíveis com a realidade financeira de um país ainda em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a renda média da população não cresceu de maneira consistente, ao passo que os gastos públicos - e como consequência os impostos pagos pela população - têm sido fonte de instabilidade econômica para o país.

A falta de ordenamento nas contas públicas manda um sinal extremamente negativo do ponto de vista da responsabilidade fiscal. Propor uma nova situação emergencial de forma oportunista indica aos credores de todo o mundo que o governo e os parlamentares não levam seus compromissos a sério.

Assim, eleva-se a percepção de risco, pelo mercado e pelos detentores da dívida pública. Essa situação resulta em um aumento da pressão inflacionária e na precificação de juros nos títulos do governo em contexto de dívida elevada, perpetuando a baixa perspectiva de crescimento.

Nesse contexto, é importante destacar que não há política social bem intencionada que resista ao descontrole inflacionário. As maiores vítimas da inflação e da irresponsabilidade fiscal sempre são os mais pobres.

Todo esse debate ganha contornos ainda mais problemáticos ao se desenhar faltando 100 dias para as eleições. A criação e ampliação de programas existentes no período eleitoral acabam sendo feitos de modo displicente, além de ser uma prática injusta com os concorrentes. Afinal, a manipulação eleitoralmente oportunista de benefícios a setores específicos da sociedade distorce a percepção da população e, com isso, o seu comportamento eleitoral.

Portanto, se a classe política enxergava a necessidade de expandir gastos sociais, deveria ter se organizado com antecedência para propor o corte de gastos ineficientes para dar espaço às mudanças antes do período eleitoral.

Recomendações:

A implementação de políticas sociais sem responsabilidade fiscal tem um efeito perverso não só no longo prazo, mas ainda neste ano, com a deterioração da confiança da sociedade na capacidade do Governo em seguir regras fiscais e eleitorais. Esse tipo de medida populista é prejudicial especialmente para a vida dos mais vulneráveis. Portanto, **recomendamos a rejeição da PEC Kamikaze (01/2022)** e quaisquer outras propostas que visem alterar a regra do Teto de Gastos por questões conjunturais e/ou eleitoreiras.

Na tramitação da PEC no Senado, assistimos a uma improvável coalizão entre Governo, aliados e opositores em torno de uma solução ilusória.

O que está em jogo é um comportamento predatório e corporativista da classe política em busca de sua perpetuação, diminuindo o espaço para a renovação do Congresso.

Tal medida se soma a outras com o mesmo vetor, como o orçamento secreto e o fundo eleitoral bilionário com destinação concentrada nos dirigentes partidários.

Permitir este drible às regras eleitorais prejudica a capacidade de representação dos interesses da sociedade e afeta a credibilidade da democracia, constituindo um obstáculo à liberdade política da população.

Pela Liberdade,

Deborah Bizarria

Coordenadora de Políticas Públicas do Livres

Mano Ferreira

Diretor de Comunicação do Livres



Associação Livres

R. Henrique Monteiro, 234 - Pinheiros
São Paulo - SP
CEP: 05423-020

Contato:

contato@eusoulivres.org
+55 11 3032-1355

Referências

1. [Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2022.](#)
2. PEC dos Precatórios: furar o teto é por interesse eleitoral acima do Brasil. Livres.
3. [Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021.](#) Congresso Nacional.